

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Vem mais

O PL de Jair Bolsonaro acredita que haverá novas operações contra seus parlamentares. Eles pretendem manter o discurso de "perseguição política", adotado pelo líder Sóstenes Cavalcanti (RJ), alvo da operação da PF que investiga desvio de cota parlamentar.

Punição ou prêmio?

Tal qual o deputado afastado Glauber Braga (PSol-RJ), a turma que invadiu o plenário há seis meses — e até hoje está lápida e fagueira, sem qualquer punição — deve ser submetida a uma suspensão de seis meses do mandato. Assim, a tendência é de que passem o período eleitoral sem precisar pisar na Câmara.

Pontas soltas

Ao falar que as provas de compra e venda do imóvel estarão nos autos, Sóstenes Cavalcante suscitou muitas dúvidas do que responderá sobre os R\$ 430 mil encontrados em seu armário. Uma parte do próprio PL ficou desconfiada dessa operação, uma vez que o líder na Câmara não se lembrava, precisamente, quando comprou, nem quando vendeu. Se não convence em casa, vai ser difícil fazer com que a PF acredite na história.

Os Três Poderes entram no Natal devendo explicações

O ano termina com os Poderes apontando o dedo um para o outro. As últimas operações sobre parlamentares levaram os integrantes do PL a atacarem o filho de presidente Luiz Inácio Lula da Silva, suspeito de ter recebido "mesada de R\$ 300 mil" do Careca do INSS, e a citarem a mulher do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o contrato milionário do escritório dela com o Banco Master. Assim, Legislativo, Executivo e Judiciário se atacam, se defendem, mas as explicações ainda deixam a desejar. A ordem nos Poderes, agora, é aproveitar o recesso para preparar as justificativas e ajustar a rota, a fim de dar transparência em todos os níveis e buscar uma pacificação antes do período eleitoral. Quase uma missão impossível.

Me inclua fora dessa! No sentido de dar transparência, chamou atenção a fala do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no café com jornalistas, sobre não compactuar com os desvios em apuração pela Polícia Federal (PF), seja de emendas, seja de cota parlamentar para despesas de custeio do mandato. Em 2026, ele tende a manter a direção da Casa equidistante do imbróglio. Afinal, em 513 deputados e 81 senadores, são poucos investigados. A ideia é só se manifestar quando houver abusos. Até aqui, avalia Motta, tudo o que está sob investigação precisa ser explicado.



CURTIDAS

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Arrumem outro! O deputado Arthur Lira (PP-AL, foto) está cansado de, a todo momento, seus opositores tentarem colocá-lo contra o governo. Aliados dele afirmam que o ex-presidente da Casa separa as estações entre o STF e o governo Lula.

Quatro linhas! A operação da PF contra Sóstenes e o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) deixou os governistas de sorriso aberto. Deputados da base de Lula até parafrasearam o ex-presidente Bolsonaro ao comentar o caso. "Quem está fora das quatro linhas tem que ser enquadrado", disseram à coluna.

Inferno astral às avessas! Carlos Jordy foi alvo da PF no dia do aniversário da filha. Há uma semana, Mariângela Fialek, a Tuca, assessora do PP, foi vítima de uma operação da PF quando completou 51 anos.

Em clima de fim de ano! A aprovação do Orçamento foi de forma híbrida... via Zoom. O senador Esperidião Amin (PP-SC) falou de forma remota e acabou desligando a câmera sem querer. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Filho (União-PB), pediu o retorno da imagem com muito humor: "Liga aí, essa sua careca é charmosa", brincou. Amin respondeu: "Queria poupar aí". Foi uma gargalhada geral, em meio às negociações de última hora.

CB.PODER

Fim de ano com contas em dia

Governador Carlos Brandão, do Maranhão, ressalta que equilíbrio financeiro levou estado a reduzir a fome e fortalecer as finanças

» RAFAELA BONFIM*

O Maranhão chega ao fim de 2025 como uma das unidades da Federação com as contas mais equilibradas. Isso porque alcançou a segunda colocação histórica em solidez fiscal no Ranking de Competitividade dos Estados. Mas esse é um resultado que não começou a ser construído agora. O Produto Interno Bruto maranhense cresceu 3,6%, em 2023 — o segundo maior índice do Nordeste, atrás apenas da Bahia —, e a insegurança alimentar grave caiu de 8% para 5,1%, no último trimestre de 2024. Esse balanço foi apresentado, ontem, pelo governador Carlos Brandão, em entrevista ao CB.Poder, parceira do **Correio Braziliense** com a TV Brasília, conduzida pelos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

"Quando assumi o governo, isso me incomodava muito, porque tínhamos um estado com grande potencial, mas com muita gente vivendo na extrema pobreza", disse, ao explicar que o tema se tornou central na agenda administrativa.

Segundo o governador, a redução da insegurança alimentar grave está diretamente ligada ao fortalecimento do programa Maranhão Livre da Fome, que reúne políticas de alimentação, transferência de

renda e inclusão social. Um dos principais eixos é a ampliação da rede de restaurantes populares, que hoje soma 205 unidades em funcionamento em diferentes regiões do estado.

Nesses espaços, o almoço e o jantar custam R\$ 1 e o café da manhã R\$ 0,50 para o usuário, com subsídio do governo estadual. "Com R\$ 1, a pessoa almoça; com R\$ 1, janta; e com R\$ 0,50 toma café, sempre com acompanhamento nutricional", explicou Brandão, ao destacar que o modelo atende prioritariamente as famílias de baixa renda.

No campo fiscal, o governador ressaltou que o Maranhão alcançou a segunda colocação histórica em solidez fiscal no Ranking de Competitividade dos Estados. Ele também destacou que o estado recebeu, pela primeira vez, nota A na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador do Tesouro Nacional. "Saímos da letra C, passamos para B e hoje estamos na letra A, o que demonstra equilíbrio e responsabilidade com as contas públicas", observou.

Brandão lembrou ainda que o PIB do Maranhão cresceu 3,6%, em 2023, considerando a metodologia com defasagem de dois anos. Para ele, o resultado reflete a combinação entre ajuste fiscal e estímulo à atividade econômica.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



3 mil obras

Brandão citou investimentos em infraestrutura, com mais de 3 mil obras entregues em todo o estado e outras 800 previstas até janeiro de 2026. Entre as ações, destacou melhorias no saneamento básico, com a entrega de banheiros prontos e sistemas de tratamento. "São intervenções simples, mas que mudam a vida das pessoas e impactam diretamente a saúde pública", frisou.

Na área social, Brandão

ressaltou a ampliação da rede de apoio às mulheres vítimas de violência. Desde 2022, foram implantadas 15 novas Patrulhas Maria da Penha, que hoje atendem mais de 40 municípios. "É uma resposta do estado para um problema que é estrutural e exige presença permanente do poder público", disse.

O governador também destacou que o Maranhão está entre os estados pioneiros na legislação de enfrentamento à violência de gênero, com a sanção, em 24 de novembro,

da lei que cria o programa Órfãos do Feminicídio. A iniciativa garante meio salário mínimo mensal até os 18 anos para filhos de vítimas, além de acompanhamento social. "Nenhuma criança pode ficar desamparada depois de perder a mãe para a violência", assegurou.

No eixo do desenvolvimento, o governador destacou que o Maranhão está entre os estados na legislação de enfrentamento à violência de gênero, com a sanção, em 24 de novembro,



Saímos da letra C, passamos para B e hoje estamos na letra A, o que demonstra equilíbrio e responsabilidade com as contas públicas"

Carlos Brandão,
governador do Maranhão

novembro. "O porto quebra recordes sucessivos e consolida o Maranhão como um ponto estratégico da logística nacional", aponta.

Questionado sobre o futuro político, Brandão afirmou que essa discussão ficará para 2026. "Minha preocupação, agora, é trabalhar, entregar resultados e prestar contas à sociedade. A política será tratada no momento certo", afirmou.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

LAVA-JATO

Dallagnol paga R\$ 146 mil a Lula de indenização

O ex-procurador da República Deltan Dallagnol pagou uma indenização de R\$ 146,8 mil por danos morais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em razão da condenação no caso do PowerPoint. O valor foi depositado em conta vinculada ao Tribunal de Justiça de

São Paulo (TJ-SP) e será posteriormente transferido a Lula, já com a inclusão dos honorários advocatícios do presidente.

O depósito de R\$ 146.847,13 foi

utilizada para ilustrar a denúncia do caso do triplex do Guarujá, em 2016. Na exibição, Dallagnol atribuiu ao presidente a chefia da quadrilha que dilapidou o caixa da Petrobras.

Segundo a ordem de cumprimento de sentença, expedida pelo

juiz Carlo Brito Melfi, o descumprimento do prazo poderia resultar na aplicação de multa de 10% sobre o valor devido, além de honorários advocatícios também fixados em 10%. Em vídeo publicado nas redes sociais em novembro, Dallagnol afirmou ter recebido doações via Pix de mais de 12 mil pessoas. Segundo ele, o montante arrecadado, após aplicação em investimentos financeiros, totalizou

cerca de R\$ 835 mil.

A indenização havia sido fixada inicialmente em R\$ 75 mil pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2022, mas foi posteriormente atualizada com correção monetária e aplicação de juros. Na ocasião, os ministros concluíram que houve "excesso" na divulgação da denúncia contra Lula e que Dallagnol ofendeu a honra e a reputação do então ex-presidente.